



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A paz como estratégia de desenvolvimento chinês: dos “cinco princípios de coexistência pacífica” ao princípio de “desenvolvimento pacífico”

Marcos Cordeiro Pires; Thais Caroline Lacerda Mattos

Como citar: PIRES, Marcos Cordeiro; MATTOS, Thais Caroline Lacerda. A paz como estratégia de desenvolvimento chinês: dos “cinco princípios de coexistência pacífica” ao princípio de “desenvolvimento pacífico. *In:* SALATINI, Rafael (org.). **Reflexões sobre a paz.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 201-222.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-512-4.p201-222>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A PAZ COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS: DOS "CINCO PRINCÍPIOS DE COEXISTÊNCIA PACÍFICA" AO PRINCÍPIO DE "DESENVOLVIMENTO PACÍFICO"

Marcos Cordeiro Pires

Thais Caroline Lacerda Mattos

1 INTRODUÇÃO

Ao refletirmos sobre a questão da Paz na República Popular da China, faz-se necessário inserir esta questão dentro de uma longa perspectiva histórica. Aquilo que hoje motiva a liderança política da China, qual seja, a manutenção de uma “sociedade harmônica” e a defesa de um “desenvolvimento pacífico”, tal como postula o “Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China” (CHINA, 2011), é baseado em princípios antigos que garantem a especificidade da nação chinesa, uma das mais antigas civilizações do mundo e com uma história comum e ininterrupta de mais de cinco mil anos.

Ao analisarmos esta construção histórica, podemos encontrar muitos elementos que continuam influenciando a sociedade chinesa até os dias de hoje. Em primeiro lugar, diferentemente de outras experiências

ditas “imperiais” na Antiguidade, que tinham por motivação a expansão territorial e cultural para um espaço geográfico muito mais abrangente do que suas originais localidades – como ocorreu na expansão persa, no helenismo de Alexandre, o Grande, na expansão da civilização romana, ou ainda na expansão árabe – não encontraremos na China, ou melhor, em meio a sua mais significativa etnia, a Han (95% do total), um projeto expansionista, fosse de seu território, de sua cultura e de seus valores. De fato, os momentos de expansão do império chinês se estão mais relacionados com as dinastias ditas “bárbaras”, como a dinastia mongol (Yuan – 1261-1368) e as dinastias manchu (Jin – 1115-1234 e Qing – 1644-1911) do que aquelas dirigidas pelos Han.

Cabe assinalar que a unificação territorial do Império se deu durante a Dinastia Han (206 a.C.-220 d.C), quando também ocorreu a assimilação da filosofia de Confúcio¹, que a partir de então passaria a ser a base moral e ideológica do Estado e da sociedade chinesas. Durante o período Imperial, o Imperador era considerado o “Filho do Céu”, e tinha por mandato celeste conservar a “Grande Harmonia” mediante obrigações morais e virtuosas, para os quais os ensinamentos confucianos viriam a contribuir para a constituição e manutenção de um Estado harmonioso e pacífico. Os textos de Confúcio buscavam incutir nos indivíduos os meios para se atingir a redenção pessoal: o “Caminho” do aprendizado para retificação e a conveniência das hierarquias para objetivar a manutenção da ordem social. Posteriormente, tais valores se constituíram na base da doutrina oficial do Estado chinês, chegando mesmo o conhecimento das obras de Confúcio servir de referência para o ingresso na Administração Pública, no caso a função de Mandarim.

Como destaca John K. Fairbank & Merle Goldman (2007), estas bases culturais chinesas serviriam para garantir a superioridade da cultura chinesa (Han) e para se contrapor à violência e à ignorância dos governos dos chamados povos “bárbaros”, que diversas vezes subjugaram a China. Esta superioridade fazia com que aqueles governantes, após a conquista do Império, de submetessem aos valores da cultura sino-cêntrica. De acordo ele,

¹ Confúcio, (551 a.C.-479 a.C.) foi um pensador e filósofo chinês. Sua filosofia tornou-se a base da conduta ética do povo chinês e de outras nações da Ásia. A essência de seu pensamento é a disciplina, o estudo e o respeito às hierarquias, desde assuntos familiares até as questões de Estado.

Ser governado por indivíduos pertencentes a uma outra cultura impôs um sério problema para a teoria política chinesa. Desde os tempos mais remotos, sob os reis Shang, a cultura (que incluía o sistema de escrita chinesa, o uso de bronzes ritualísticos, a consulta xamanista dos ancestrais e a observação ritual dos poderes da natureza por parte do governante) era uma parte fundamental da sociedade. O primeiro dogma sino-cêntrico era que a superioridade do *Zhongguo*, o País do Centro, em questões de *wen* (cultura e civilização) inevitavelmente dominaria a mera violência militar (*wu*) das tribos da Ásia Interior. Isso seria realizado pelo reconhecimento da superioridade chinesa pelos chefes tribais não-chineses, que se inclinariam diante do Imperador. Este tinha recebido o Mandato Celeste para governar a China, e sua magnificência e compaixão benevolentes atrairiam naturalmente os estrangeiros a esse país, onde seriam também transformados pela civilização. (FAIRBANK & GOLDMAN, 2007, p. 117).

A propósito do chamado “Mandato do Céu” recebido pelo Imperador, antes de ser um legado automático, ele era submetido às circunstâncias de sua administração. A legitimidade do governante perante os governados poderia se esvaír diante quaisquer falhas nos desígnios imperiais, como desordens, fomes e, até mesmo, a ocorrência de sucessivas catástrofes naturais (nevascas, terremotos, secas, enchentes) que sinalizariam a perda de apoio do “Céu”. Isto acabava por estimular rebeliões, levando à derrota de uma dinastia e a instalação de uma nova, que tinha por responsabilidade restabelecer prontamente a Harmonia perdida (KISSINGER, 2011).

A última dinastia Han, a Ming (1368-1644), depois de montar uma enorme frota que atingiu territórios longínquos do “Império do Meio”, como a Península Arábica e a África Oriental, reviu sua estratégia de expansão naval e ordenou a destruição da frota de maior calado para evitar que os chineses fossem influenciados pela cultura daqueles povos ditos “bárbaros”, então visitados pelo navegador chinês Zheng He².

Mesmo com o fim desta dinastia eo estabelecimento da Dinastia Qing, em 1644, a China se manteve aparte da ordem internacional que se tornava cada vez mais integrada por conta da expansão marítima e econômica

²Zheng He (1371 - 1433) foi um explorador marítimo chinês do século XV. De religião muçulmana, realizou viagens por mar pelo sudoeste asiático e pelo Oceano Índico. Chegou à Índia, ao Mar Vermelho e a Moçambique.

da Europa Ocidental. Conforme descreve Alain Peyrefitte (1997) em seu “Império Imóvel”, a tentativa inglesa de abrir o mercado chinês por meio da Embaixada Macartney, que buscou seduzir o Imperador Qianlong com os avanços da indústria inglesa do século XVIII, caiu por terra, frente à suposta “arrogância” dos chineses, confiantes na superioridade de sua cultura e seus valores.

Este “auto centramento” só foi interrompido em 1840, ano do início da primeira Guerra do Ópio, quando a Inglaterra, depois de fracassos em abrir a China pacificamente, impôs o primeiro de uma série de “contratos desiguais” que violaram fortemente a soberania chinesa e forçaram o Imperador a entregar o atual território de Hong Kong. Posteriormente com a segunda Guerra do Ópio (1856-1860), as tropas ocidentais (Inglaterra, França, Estados Unidos) e russas, enfraqueceram o Império e tomaram aproximadamente 2,5 milhões de Km² de seu território. Em 1894, foi a vez dos japoneses invadirem a China e tomarem a Ilha de Taiwan, a Manchúria e o Reino vassalo da Coreia. Nesse ínterim, o país foi abalado por uma série de rebeliões internas, como a *Taiiping* (1851-1864) e a revolta dos Boxers (1900), que reuniam os insatisfeitos com a inépcia do Imperador e também contra as agressões estrangeiras. Em 1911 a Dinastia Qing perdia seu “Mandato Celeste” e Império deu lugar a uma República instável e vacilante.

Entre 1911 e 1949, a China voltou a conviver com fortes comoções internas (o fim do Império, a predominância de “Senhores de Guerra”, a guerra civil entre os nacionalistas e comunistas e a invasão total desferida pelo Império Japonês). A estabilidade política só seria garantida com a vitória das tropas de Mao Tsé-Tung, em outubro de 1949, e a retirada dos contingentes nacionalistas para Taiwan. A maior parte do povo chinês, a partir de então, se submetia à República Popular da China, sob a direção do Partido Comunista da China. Em Taiwan, com o apoio dos Estados Unidos, se instalava o governo nacionalista sob o nome de República da China.

Por conta desse período em que os chineses denominam de “Século da Grande Humilhação”, entre 1840 e 1949, o grande objetivo do novo governo era o de por o povo chinês é pé, tal como discursou Mao Tsé-Tung em 1º de outubro de 1949, em Pequim, então reinstituída

como capital da China. Além disso, outras duas importantes questões se colocavam para a liderança chinesa: a manutenção da estabilidade interna e a garantia de um ambiente internacional pacífico e estável para realizar a reconstrução do país.

Nesse processo, tal como analisa Henry Kissinger (2011), os princípios da tradição cultural chinesa se fizeram presente nas estratégias de política internacional da China, mesmo sob um governo marxista-leninista. As estratégias utilizadas por Mao Tsé-Tung e por seu mais próximo colaborador, o Primeiro-Ministro Zhou Enlai, tiveram por base os ensinamentos da história política e militar da China. Na seção seguinte, faremos uma breve discussão sobre a consolidação do regime chinês entre, 1949 e 1978, e também de sua política externa.

2 OS CINCO PRINCÍPIOS DA COEXISTÊNCIA PACÍFICA E A DIPLOMACIA DA CHINA POPULAR: DA REVOLUÇÃO À APROXIMAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

O estabelecimento de um Estado Socialista, em 1949, buscou reforçar a estabilidade social interna, mitigar a enorme pobreza e recolocar o país em posição de proeminência no cenário internacional. Tal como ensinou a História, as trocas de dinastias ocorriam diante de problemas sociais e econômicos, mas, logo após a sua substituição, os novos dirigentes buscavam sempre a estabilidade social e a convivência pacífica com reinos subsidiários do Imperador. Pode parecer exagero da parte dos autores deste ensaio, mas o predomínio do Partido Comunista da China (PCC) em muito se assemelhava à subida de uma nova dinastia ao poder.

À época da fundação da República Popular da China (RPC), o PCC tinha em suas fileiras mais de quatro milhões de quadros. As atividades governamentais foram assumidas pelos membros do Partido que, supervisionados pelo Comitê Central, cuidavam de todos os aspectos da vida social da China, desde as Forças Armadas, subordinada diretamente o Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista, até o trabalho coletivo nos campos junto às dezenas de milhões de famílias que se livraram do jugo dos senhores de terras. Abrangia também os pelos serviços públicos, como educação, saúde, transporte, infraestrutura e as principais atividades

econômicas. De maneira similar a outros Estados marxista-leninistas, a estrutura estatal se confundia com a estrutura partidária.

Apesar do desejo de estabilidade, a reconstrução da China se deu em meio a uma atmosfera internacional bastante contaminada pela Guerra Fria, agudizada pelos incidentes de Berlim, em 1948, e pela reação norte-americana à explosão de bombas nucleares por parte da União Soviética (URSS), em 1949. O primeiro país a reconhecer o novo status na China foi a União Soviética. A primeira (e única) viagem de Mao Tsé-Tung ao exterior foi a Moscou, no final de 1949, quando firmou com Josef Stalin o “Acordo de Cooperação China-URSS”.

O Acordo garantia, entre outras coisas, a proteção à China no caso de novo ataque japonês; o retorno dos territórios de Lüshun e Dalian ao controle dos chineses; a concessão de crédito e de apoio técnico por parte da União Soviética para a reconstrução econômica da China; e o reconhecimento por parte da China da independência da República Popular da Mongólia, então sob influência soviética. A assistência técnica soviética era direcionada para os setores de base da economia chinesa, como os de energia, transporte, comunicação e indústria pesada. Tal contribuição deixaria marcas profundas no modelo de desenvolvimento, na cultura, na arquitetura, educação, artes e literatura.

Com relação à política externa, condicionada por sua condição de emergir do colonialismo e do imperialismo ocidental e japonês, a China deu apoio à legítima luta dos povos da Ásia e da África contra o colonialismo. Ao mesmo tempo, tinha por objetivo estabelecer um mundo estável e pacífico, baseado no respeito mútuo e na autodeterminação dos povos. É claro que esta política foi condicionada pelas restrições imposta pela Guerra Fria, mas em essência, muito antes de reemergir como uma potência em ascensão, a China priorizava a paz, não somente como estratégia de unificação territorial, mas também como fundamento da diplomacia chinesa com seus vizinhos. Vale lembrar que, desde o Império, os chineses nunca pretenderam exportar seus valores culturais pelo mundo e sua relação com os reinos subalternos foi muito mais de suserania do que

de uma política de ocupação e significação, do qual a atual vivacidade das culturas coreana, vietnamita, tibetana ou uigur são exemplos.

Adicionalmente, o novo Estado chinês buscava o reconhecimento internacional e o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países que respeitassem a integridade nacional da China e o seu direito a representar o povo chinês em todos os foros internacionais, principalmente o assento do povo chinês no Conselho de Segurança da ONU, que à época era ocupado pelos dirigentes de Taiwan, com apoio dos Estados Unidos. Nesse contexto, para a maior parte dos países sob a influência dos Estados Unidos, a República Popular da China somente seria reconhecida após 1972, quando da visita de Richard Nixon à Pequim.

As relações RPC e EUA já nasceram deterioradas pelo forte apoio norte-americano às tropas nacionalistas de Chiang Kai-Shek, quando estas se estabeleceram na Ilha de Taiwan e formaram o governo da República da China. Pioraram ainda mais quando os chineses apoiaram os soviéticos durante a Guerra da Coreia (1950-1953). A China forneceu centenas de milhares de soldados e a URSS se incumbiu do fornecimento de material militar e do apoio logístico. Ademais, a União Soviética se comprometeu a garantir a proteção do país contra um possível ataque nuclear norte-americano ao território chinês, ameaçando os EUA de retaliação caso assim o fizessem. A situação de “empate” no confronto entre as forças Norte, apoiadas pela URSS e pela China, e as do Sul, apoiadas pelos Estados Unidos, elevou o moral da liderança chinesa, uma vez que com menor capacidade de defesa, conseguiu refrear o avanço das tropas apoiadas pelos EUA e obter um cessar-fogo, que persiste até os dias de hoje (2012).

2.1 CINCO PRINCÍPIOS DA COEXISTÊNCIA PACÍFICA

Ao longo da década de 1950, o prestígio da China cresceu rápido, assim como a capacidade de elaboração de sua política externa. Nesse processo, teve papel destacado o então Primeiro Ministro e Ministro do Exterior, Zhou Enlai, que procurou estreitar os laços com Estados fronteiriços da China e também com outras nações da Ásia e da África. No ano de 1953, em visita à Índia, o Zhou Enlai formulou pela primeira vez aquilo que seria sua grande contribuição para a diplomacia chinesa a partir

de então: os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”. Em 1954, após participar da Conferência de Paz que marcou fim ao domínio francês no Vietnã, em Genebra, ele reafirmou os Cinco Princípios, algo que voltaria a fazer na Conferência de Bandung, realizada em 1955 na Indonésia. Seguem abaixo os cinco princípios defendidos por Zhou Enlai:

1. Respeito à soberania e à integridade territorial de cada país;
2. Não agressão;
3. Não ingerência nos assuntos externos de outros Estados;
4. Igualdade nas relações entre os Estados; e
5. O benefício mútuo nas relações entre os Estados.

A definição dessa diretriz de política exterior esteve intimamente relacionada à condição de um Estado nacional em construção. Os quatro primeiros princípios citados são fundamentais para a materialização da meta chinesa de coexistência pacífica, particularmente com os vizinhos. A experiência desastrosa iniciada com a Guerra do Ópio levou a China a perder territórios e ver seu povo subjugado por potências estrangeiras. Sua vida política e social foram controladas por forças militares de ocupação e ainda era vista como pária na ordem internacional. A reconstrução do orgulho nacional chinês passava por garantir a igualdade de tratamento perante todas as nações no mundo, incluindo os aliados soviéticos, tal como postula o quinto princípio, o do “benefício mútuo”.

A política externa chinesa foi posta a prova em abril de 1955, na Indonésia, durante a “Conferência de Bandung”, da qual participaram vinte e nove delegações asiáticas e africanas que formaram o chamado grupo dos “Países Não Alinhados”, que procuravam manter uma equidistância entre os blocos capitalista (EUA) e socialista (URSS). Esta conferência foi uma contrapartida à criação, em 1954, da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), uma aliança militar similar à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que incluía países considerados anticomunistas e também ex-potências coloniais (Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, França, Filipinas, Nova Zelândia, Tailândia e Paquistão), anunciada em Manila, na capital das Filipinas.

Mao Tsé-Tung e Zhou Enlai procuraram adotar uma política independente para a China: ao mesmo tempo buscava o apoio soviético para contrabalançar uma pressão dos Estados Unidos na região da Ásia-Pacífico, tentava se beneficiar da citada influência positiva entre os “Não Alinhados” para refrear uma possível hegemonia soviética na Região. Dessa forma, a China apoiou diversos tratados de desarmamento e controle armamentista, como o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT) e a Convenção para a Proibição de Armas Químicas (CPAQ), entre outros.

Nesse contexto, por não procurar um *status* hegemônico na Ásia e não abrigar qualquer ambição expansionista, o Estado chinês se preocupou constantemente em defender seu território de invasões e agressões externas, particularmente no Estreito de Taiwan, e, dessa forma, se configurou como uma força influente junto aos países recém-independentes da Ásia e da África que procuravam se posicionar em meio às disputas das superpotências.

2.2 DA RIVALIDADE SINO-SOVIÉTICA À “DIPLOMACIA DO PING PONG”

Apesar de aumentar o seu prestígio externo, cabe lembrar que a China estava muito vulnerável no final da década de 1950. De um lado, aumentava o nível de envolvimento dos Estados Unidos no seu entorno, no Vietnã, no Laos, nas Filipinas, na Coreia do Sul e, principalmente, junto ao maior rival do país, o Japão. Internamente, o país sofria com os reflexos econômicos negativos da estratégia do “Grande Salto Adiante” (1958-1960) que, somados à ocorrência de catástrofes naturais, levaram o país a enfrentar uma fome de grandes proporções, contribuindo para a morte de um incontável número de pessoas. Em 1960, as rusgas com a URSS levaram ao fim da colaboração técnica e financeira ao país, levando a liderança chinesa a organizar uma política interna com maior autonomia frente ao exterior.

Vale destacar que as relações entre a China e a URSS começaram a estremecer no final da década de 1950. Em princípio, por questões ideológicas sobre o rumo do socialismo mundial. De um lado, por conta do mal estar provocado pelos informes do XX Congresso do Partido

Comunista da União Soviética, em 1956, em que foram divulgados documentos denunciando desvios da Era Stalinista. De outro lado, por diferentes percepções sobre a construção de uma sociedade comunista, já que o Grande Salto era visto pelos soviéticos como voluntarismo, uma vez que seria impossível avançar rumo ao comunismo sem antes criar uma forte base material, ainda sob o socialismo, mesmo admitindo a existência de diferentes classes sociais. Tais divergências se traduziam nas críticas públicas dos chineses contra a política de Nikita Krushev de “coexistência pacífica” com os Estados Unidos, que buscava um equilíbrio nuclear.

Aquilo que era divergência ideológica foi para o campo da política real, já que a China se recusava em se transformar em um satélite soviético, tal como ocorria na Europa Oriental, pois as feridas do colonialismo ainda estavam abertas na sociedade chinesa. O país tinha um peso populacional e político próprio e queria transformar isso em prestígio internacional, e não num irmão caçula dos soviéticos. O acúmulo de tais desavenças levaram os dois países à beira da guerra ao longo da década de 1960.

Observando o desenrolar daquela década, na China, nota-se um período muito conturbado. No final de 1962, o país enfrentou escaramuças na fronteira com a Índia, rechaçando uma invasão do exército indiano contra uma área disputada por ambos os países. Após fazer os indianos recuarem ao seu território, a China declarou um cessar-fogo, sem ocupar o seu território. Em 1964, foi detonado o seu primeiro artefato nuclear, alterando o *status* internacional do país, sendo o quinto membro do Conselho de Segurança da ONU a possuir armas atômicas. Entre 1962 e 1969, ocorreram diversas choques na fronteira sino-soviética, chegando à beira da guerra total. No Vietnã, o envolvimento dos EUA na guerra civil levou a uma intervenção aberta tentando liquidar as tropas comunistas do Norte, o que abria um flanco em sua fronteira do Sul.

Do ponto de vista interno, a “harmonia” do país foi conturbada pela Revolução Cultural, iniciada em 1966, quando jovens quadros do Partido, os Guardas Vermelhos, incentivados por Mao Tsé-Tung, buscavam eliminar da sociedade chinesa elementos tradicionais contrários à cultura proletária. Nesse processo turbulento, muitos dirigentes do PCC foram perseguidos, outros foram seviciados e outros foram retirados de seus postos, como o então presidente da República Liu Shaoqi. A perturbação

da ordem social foi tanta que o próprio Mao decretou o fim do movimento, em 1969.

Após o período de turbulência, já no começo da década de 1970, a liderança chinesa preocupava-se com a formação de um amplo arco de países inimigos em seu entorno. Assistia ao aumento gradativo de forças soviéticas ao longo de seus limites territoriais, tanto pelo posicionamento de centenas de milhares de soldados na fronteira Norte, como pela formação de governos pró-soviéticos na Coreia do Norte e no Vietnã. Ao Sudoeste, sem conseguir resolver o problema fronteiro, a Índia se colocava como a principal aliada da URSS na Ásia. No Sudeste, havia a presença da SEATO, que havia patrocinado um golpe de Estado na Indonésia (Suharto, em 1965) e apoiado eleições fraudulentas nas Filipinas (Ferdinando Marcos, 1965). O cerco se fechava no Extremo Oriente, com o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan como bases para as operações do exército norte-americano.

Conforme descreveu Kissinger (2011), diante da criação de um cinturão hostil em seu entorno, os chineses começaram a se aproximar dos Estados Unidos, pois entre um inimigo perto e outro longe, seria melhor se alinhar ao inimigo distante contra o inimigo mais próximo, como ensinava a velha arte chinesa da guerra (Sun Tsú). De maneira similar, os norte-americanos viam a aliança com a China, apesar de comunista, um golpe poderoso contra seu principal inimigo, a União Soviética, algo que devia ser incentivado.

No ano de 1971, após algumas manobras diplomáticas da parte de ambos os países e também por meio de reuniões secretas, estabeleceu-se a base para a aproximação entre Estados Unidos e China. A parte visível deste acercamento foi convite por parte do governo chinês para que uma equipe de tênis de mesa dos Estados Unidos, que competia no Japão, visitasse a China. Este ato ficou conhecido como “diplomacia do ping-pong”. Poucos meses depois, os Estados Unidos apoiaram uma resolução que transferia o assento de Taiwan para a República Popular da China, colocando Pequim no Conselho de Segurança da ONU.

A partir de então, teve início o lento, mas contínuo movimento de inserção da China na economia internacional. Em 1972, o então Presidente dos EUA, Richard Nixon, visitou a China, quando foi recebido por Mao Tsé-Tung. Da reunião resultou um “comunicado conjunto” proferido em Xangai, onde eram explanados pontos de vista americanos e chineses acerca da política global. Em primeiro lugar, os EUA admitiam a existência de uma única China, pré-condição estabelecida pela China para avançar no entendimento. Em contrapartida, os Estados Unidos reiteraram seu apoio a Taiwan em caso de ataque vindo do continente.

O comunicado também incentivava a conveniência de maiores trocas e contatos em assuntos de ciência, tecnologia, cultura, jornalismo e esporte. Em meio a esta abertura, por fim, os Estados Unidos e a República Popular da China trabalhariam para um resultado comum: a normalização das relações dos dois países como forma de contribuir para o afrouxamento de tensões na Ásia e no Mundo.

Após a sanção norte-americana, muitos países do mundo passaram a reconhecer o governo de Pequim, como o próprio Japão, apesar das feridas ainda abertas da época da II Guerra Mundial. A partir de então, a China passou a se integrar com maior intensidade com a economia mundial e também outras instituições multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e, mais recentemente, a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001.

Aquele movimento de aproximação entre China e Estados Unidos, visto em largo prazo, provou que aliança foi muito bem sucedida em liquidar o inimigo comum e em integrar as duas economias: em 1991 ruía a União Soviética e na década de 2000 a China se transformava no maior comprador de títulos do Federal Reserve.

3 O PROCESSO DE REFORMA E ABERTURA DA CHINA E O PRINCÍPIO DO “DESENVOLVIMENTO PACÍFICO”

Com as mortes de Zhou Enlai (1975) e de Mao Tsé-Tug (1976), e depois de um curto período de transição, assumia o poder na China a “segunda geração”, capitaneada por Deng Xiaoping. Colocava-se em pauta a modernização da economia e uma maior inserção do país na economia

mundial, além de manter a aproximação com os Estados Unidos, com vistas a garantir sua segurança, já que a China se preparava para um “inevitável” conflito com a URSS³. Ademais, tratava-se de desenvolver o país, pois a renda per capita era muito baixa, assim como o nível de produtividade geral da economia. Tal discussão permeava as instâncias de poder desde a década de 1960, mas com a troca de gerações foi para o topo das prioridades, em dezembro de 1978.

A concepção política das “Quatro Modernizações” foi concebida e aprovada no Terceiro Pleno do 11º Comitê Central do PCC, em dezembro de 1978. Naquele momento, ficou decidido que, a partir de 1979, os esforços seriam concentrados em uma modernização socialista, que impactaria de forma direta as estruturas e a forma de organização da produção na China (SPENCE, 1995), levando ao abandono do coletivismo e do igualitarismo que haviam permeado as últimas duas décadas, particularmente flexibilizando o planejamento central.

A primeira medida de reforma se deu na zona rural, por meio da divisão das comunas populares e a distribuição das terras para as famílias. Isso liberava os camponeses a produzirem uma quantidade de produtos que poderiam ser levados diretamente ao mercado, para além da quota a ser vendida ao Estado a preços fixos. Do ponto de vista da modernização industrial, decidiu-se, em 1980, pela implantação gradual das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que tinham por função adotar experiências de Zonas Francas para a produção e exportação de bens de consumo, atraindo empresas estrangeiras (principalmente de Hong Kong e Taiwan), além de introduzir um “laboratório” para experiências de mercantilização da economia, que posteriormente seriam levadas para todo o país.

As ZEEs foram implantadas em regiões estratégicas: Zhuhai, Shenzhen e Shantou na província de Guangdong, próximas a Hong Kong e Macau; Xiamen, na província de Fujian, em frente à Ilha de Taiwan; e a Ilha de Hainan. Os locais foram cuidadosamente escolhidos por serem consideradas de fácil acesso ao mercado internacional e próximos de fontes de capital, como Hong Kong e Taiwan.

³ Um visitante da China, em 1978, descreveu com detalhes a rede de abrigos nucleares da cidade de Pequim. A grande ameaça seria um ataque nuclear dos “revisionistas” soviéticos. Ver: HENFIL, 1980.

Essas reformas abriram caminho para um longo ciclo de crescimento econômico na China. Depois dessas medidas, o país foi lentamente implementando uma política de mercantilização da economia em detrimento do planejamento centralizado. A política de “portas abertas” se estendeu para todo o território. Empresas estatais foram vendidas ou coletivizadas e as mais importantes foram concentradas em grandes grupos. O capital estrangeiro foi admitido em parcerias com empresas chinesas ou sem parceiros e a China, em 30 anos de ‘Abertura e Reforma’, tornou-se a segunda maior economia do mundo e a primeira nação exportadora. Os Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, serviram para mostrar a grandiosidade da nação que se reerguia e também a capacidade de organização do governo chinês. Entre 1979 e 2010 a economia chinesa cresceu a taxas próximas a 9% ao ano.

3.1 DESENVOLVIMENTO PACÍFICO

A ascensão rápida da China é vista com certa desconfiança por nações do Ocidente e da Ásia. A nova condição da China tende a despertar o medo de uma hegemonia na Região que pudesse comprometer a soberania de países menores, como os da ASEAN, ou potências rivais, como o Japão. Mesmo nos Estados Unidos, país que estimulou o crescimento chinês durante a Guerra Fria, pode-se encontrar forças políticas que enxergam a China como um “competidor estratégico”, ao invés de um parceiro estratégico, como procuram defender os próprios chineses (GLASER; NOLT, 2006). De acordo com eles:

Na ausência de uma maior convergência de valores e de acordo sobre as bases normativas do sistema internacional, uma parceria global de segurança estratégica com a China não é nem viável nem desejável. Ideais fundamentais, tais como a promoção da democracia, boa governação e Estado de Direito, respeito pelos direitos humanos, incentivando a difusão dos ideais de livre mercado e instituições livres, que formam a base para as alianças dos EUA com a Grã-Bretanha, Japão e da Austrália, bem como a cooperação com outros parceiros de segurança, não são compartilhadas pela China.

No entanto, apesar de opiniões como esta, há nos Estados Unidos vozes expressivas, como a do ex-Secretário de Estado Henry Kissinger (2011), que defendem a importância de uma parceria mais assertiva com a China, que poderia dinamizar a economia de ambos os países como também garantir uma maior estabilidade para a ordem internacional. No entanto, o que é inegável nesse processo é que uma nova ordem internacional está sendo moldada e nela a China terá um papel essencial.

Em relação à ascensão econômica da China há um aspecto a destacar. Ao observarmos o crescimento chinês nas últimas três décadas, pode-se notar uma grande diferença com processos similares ocorridos na História recente. No final do século XIX, os também rápidos processos de desenvolvimento de Estados Unidos, após a guerra de Secessão; da Alemanha, depois da Unificação, decorrente da vitória contra a França; e do Japão, após a Restauração Meiji, abalaram a ordem internacional. Em grande parte isto ocorreu devido a busca de “espaços vitais” para a colocação de uma crescente produção industrial em um mundo praticamente dividido entre ingleses e franceses. Nesse sentido, estas ascensões ocorreram “contra a corrente” e acabaram por resultar em conflitos regionais, como a guerra entre Estados Unidos e Espanha (1898), na expansão alemã para a África Austral, na guerra sino-japonesa (1894) e na guerra russo-japonesa (1905). A eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e mesmo a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) são expressões da ascensão de novas potências em um mundo marcado pelo princípio da soma zero.

De forma diferente, a ascensão da China ocorreu “a favor da corrente”, em meio à intensificação do processo de globalização. A utilização da China como a “Fábrica do Mundo” por parte de empresas multinacionais e seu posicionamento em elos importantes da cadeia produtiva global veio em consonância com as políticas implementadas pelas potências industrializadas em aumentar sua produtividade e seus lucros. Até aqui se tem constatado a ocorrência de uma ascensão de tipo “win-win”, não interessando à China abalar o contexto que lhe tem sido útil para a sua expansão.

Nesse aspecto, vale a pena retomar algumas características da relação EUA-China. O envolvimento econômico entre a China e os Estados Unidos, na década de 1990, passou a ser mais intenso, devido ao

aumento considerável de exportação de produtos chineses para os Estados Unidos e dos investimentos estratégicos de multinacionais americanas de produção em território chinês. Também neste período, a China já desempenhava um papel proeminente frente à economia mundial devido a seu acelerado crescimento econômico, o que a poupou, em grande medida, dos piores efeitos da crise financeira asiática em 1997-1998. A condição de uma potência econômica estável consolidou-se diante de sua condição de membro da OMC em 2001, que contou com o aval dos Estados Unidos. Na década de 2000, os Estados Unidos se tornaram o principal comercial da China. A simbiose entre as duas economias era completada com a forte compra de títulos do Tesouro norte-americano pela China, que se tornava o maior credor do país.

Hu Jintao e Wen Jiabao, que vem ocupando os cargos de liderança desde 2003, tem conduzido a China com vista a garantir a estabilidade política e econômica, estimulando a construção de uma “sociedade harmoniosa”, por meio do aumento do gasto social e da tentativa de diminuir a forte desigualdade de rendas decorrente da rápida acumulação de capitais, e, do lado externo, na busca de um desenvolvimento pacífico em uma ordem mundial também pacífica e estável. Ambas as estratégias se encontram entre as prioridades do governo chinês, principalmente a última, conforme veremos a seguir.

Com o fim da Guerra Fria na década de 1990, os grandes problemas estratégicos do país com a Ex-URSS foram superados. A criação da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), em 2001, vem garantindo a estabilidade política na Ásia Central, frente à estreita colaboração entre China, Rússia, Cazaquistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e Quirquistão. Outros vizinhos como Índia, Paquistão, Irã e Mongólia são estados “observadores”.

Atualmente, os focos de atrito nas relações externa da China se localizam no Sudeste Asiático, em diversos arquipélagos do Mar do Sul da China, diante da perspectiva de exploração de riquezas minerais e direitos de pesca. Na impossibilidade de definir a soberania sobre as ilhas, disputadas pelo Japão, Coreia do Sul, Vietnã, Filipinas e Malásia, foram adotadas medidas de segurança regional e de confiança mútua. Os entendimentos entre a China e os países da ASEAN, resultaram em acordos intra-regionais

como o Tratado de Amizade e Cooperação e a Declaração sobre a Conduta das Partes do Mar do Sul da China, ambos firmados no começo da década de 2000, configurando os esforços de aceitação de multilateralismo e de resolução de problemas comuns. Apesar disso, focos de atrito tem se intensificado nos últimos anos, mostrando que o arranjo institucional não conseguiu criar uma solução justa para o problema.

3.2. DA “ASCENSÃO PACÍFICA” AO “DESENVOLVIMENTO PACÍFICO”

Temendo uma reação negativa dos vizinhos com relação ao rápido crescimento econômico, político e militar da China, as lideranças do PCC tem buscado reforçar o caráter pacífico do país nesse processo. No ano de 2003, Zheng Bijian, presidente do Fórum de Reforma da China e assessor de Hu Jintao, propôs o conceito de “ascensão pacífica”:

A China não busca hegemonia ou a predominância nos assuntos mundiais. Ela defende uma nova ordem internacional política e econômica, que pode ser alcançada por meio de reformas incrementais e da democratização das relações internacionais. O desenvolvimento da China depende a paz mundial – uma paz que o seu desenvolvimento por sua vez a reforçará.⁴

Neste mesmo ano, Pequim entrou para o Grupo de Fornecedores Nucleares e buscou sua participação como membro do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, o que demonstrou que a China emergia na política mundial como uma grande potência “responsável”, além de “pacífica e desenvolvimentista”. A responsabilidade vincula-se à observância dos dirigentes chineses de perceber a importância do reconhecimento do papel das grandes potências, inclusive a China, na manutenção da ordem global (FOOT, 2009).

É interessante notar que os chineses modificaram a sua doutrina de “ascensão” para “desenvolvimento” pacífico a partir de 2005. O termo “ascensão” poderia ser erroneamente interpretado como uma busca de

⁴ “China does not seek hegemony or predominance in world affairs. It advocates a new international political and economic order, one that can be achieved through incremental reforms and the democratization of international relations. China’s development depends on world peace – a peace that its development will in turn reinforce”. (tradução nossa).

hegemonia, algo que os chineses procuram evitar e que poderia despertar desconfiança junto a seus vizinhos.

Com o crescimento da força econômica de China e a crise financeira de 2008, especulou-se muito acerca da disposição do país em continuar fielmente envolvido no projeto de desenvolvimento pacífico. A dúvida recaía sobre a possibilidade de a China continuar unindo paz e crescimento frente aos exemplos da Alemanha e Japão na primeira metade do século XX. Porém, desde a década de 1990, os diplomatas chineses, munidos da consciência acerca as preocupações que um país em rápida ascensão pode despertar, têm trabalhado na construção da reputação chinesa, principalmente no cenário global e regional. Parte dessas preocupações refletem as mudanças na política externa, como o tratado da ASEAN de Amizade e Cooperação no Leste Asiático, em 2003, que resultou na configuração da Área de Livre-Comércio China-ASEAN, assim como o seu comportamento positivo, ou “responsável” frente à crise financeira asiática.

É importante observar que os quatro pilares principais da política externa chinesa em relação à ordem internacional, compreende o comprometimento com o multilateralismo e a ONU, no papel central de manutenção e garantia de uma segurança mundial, o método do diálogo como fonte de resoluções de controvérsias, o compromisso com o desenvolvimento econômico global e a promoção do crescimento em outros locais sob a responsabilidade maior dos países desenvolvidos, além de reconhecer a coexistência de sociedade e culturas também interessadas na estabilidade da ordem global (BRESLIN, 2010).

Para uma maior compreensão da estratégia chinesa de desenvolvimento, o “Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China”, é um documento de extrema importância. Divulgado no dia 06 de setembro de 2011, pelo Departamento de Comunicação do Conselho de Estado da China, o documento reflete o estabelecimento do compromisso da China em continuar a seguir o desenvolvimento pacífico, aberto e colaborador aos demais países existentes (PAULINO, 2011).

Na realização do Simpósio do “Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China”, também em setembro de 2011,

o conselheiro de Estado Dai Bingguo, fez um discurso acerca do comprometimento chinês em suas intenções. O Livro Branco foi lançado por ocasião do 90º aniversário da fundação do PCC, fato relevante em seu significado para a China e o Mundo, pois reafirma que a escolha estratégica chinesa do desenvolvimento pacífico é o único caminho que conduzirá a China para a modernização e prosperidade, além de contribuir para a paz e prosperidade comum ao restante do mundo. Dai Bingguo (2011) declara que o país será firme, persistente e inabalável na escolha desta direção e que o Livro Branco tornara-se a diretriz de ação para o desenvolvimento pacífico. Também observa que esta estratégia é baseada na longa tradição histórica e cultural da China, além de ser fruto de mais de sessenta anos desde a fundação da República Popular da China, em especial no curso da experiência de Reforma e Abertura. Por ser uma estratégia de longo prazo, Dai Bingguo ressalta que o desenvolvimento pacífico não é uma forma de iludir ou enganar os demais países, é resultado de uma análise da situação atual do mundo, apoiada pelo povo chinês e pelo PCC e que necessita de cooperação da comunidade internacional. Elucidando a seriedade do compromisso chinês, Dai Bingguo afirma:

A Intenção estratégica da China para o desenvolvimento pacífico é transparente, o objetivo que persegue é elevado, e suas políticas são claras. A atitude da China é sincera, a sua determinação é firme e o que a China diz será honrado. Estamos profundamente conscientes de que este caminho de desenvolvimento pacífico não será um percurso plano. No entanto, estando unida e desafiando todas as dificuldades, o povo chinês ficará com o caminho do desenvolvimento pacífico de geração em geração, de forma modesta e prudente, pois esse é um caminho que trará benefícios para nós, para nossos filhos e para toda a raça humana”⁵.

O desenvolvimento ancorado em seus próprios esforços, baseado na defesa da paz mundial, procurando não somente o benefício mútuo, mas também o desenvolvimento comum entre outros países, resultando na prosperidade comum e a construção de uma paz durável, resume-se no

⁵ “China’s strategic intention for peaceful development is transparent, the goal it pursues is lofty, and its policies are clear-cut. The attitude of China is sincere, its determination is firm and what China says will be honored. We are deeply aware that this path of peaceful development will not be plane sailing. Yet, standing united and defying all difficulties, the Chinese people will stick to the path of peaceful development from generation to generation in a modest and prudent manner, for such is a path that will bring benefits to us, to our children and to the entire human race”. (Tradução nossa).

significado do desenvolvimento pacífico da China, que é o caminho para o desenvolvimento científico, aberto, pacífico, independente, cooperativo e comum (PAULINO, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da paz e da estabilidade são marcantes na trajetória do povo chinês. A principal etnia do país, a Han, não se caracteriza por ser um povo expansionista e/ou imperialista. Apesar de possuírem uma cultura mais sofisticada do que seus vizinhos, e de acreditarem que os valores éticos dos chineses sempre venceria a força dos invasores, os Han foram submetidos ao domínio de povos menos “desenvolvidos”, mas com forte capacidade militar, como os mongóis e os manchus. No entanto, os invasores foram “significados” pelos Han e passaram a adotar sua visão de mundo.

A construção da República Popular da China, depois de 110 anos de dominação imperialista, buscou garantir um ambiente de paz para viabilizar a reconstrução do país, ao mesmo tempo de defendia a autodeterminação dos povos, como postulava a política dos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”.

As tensões provocadas pela ruptura das relações com a União Soviética e a posterior aproximação da China com os Estados Unidos criaram o ambiente que viabilizou o ingresso do país na ordem internacional controlada pelos norte-americanos e abriu espaço para um longo processo de crescimento econômico que recolocou a China em posição de destaque na ordem internacional.

Diferentemente de outros processos rápidos de ascensão econômica e política, como no final do século XIX a ascensão de Estados Unidos, Alemanha e Japão, a China não vem criando tensões que levem à ruptura da ordem internacional. Pelo contrário, a manutenção de um ambiente de paz é pré-condição essencial para que continue elevando o nível de vida de sua população. A publicação do Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico reforça esta percepção e abre espaço para a construção de uma ordem mundial mais aberta e multipolar.

REFERÊNCIAS

- BIJIAN, Z. China's "peaceful rise" to great-power status. *Foreign Affairs*, Sept./Oct. 2005. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/61015/zheng-bijian/chinas-peaceful-rise-to-great-power-status>> . Acesso em: 12 maio 2012.
- BINGGUO, D. *China is committed to the path of peaceful development*. [Beijing: Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China], 15 Sept. 2011. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t860218.htm>>. Acesso em: 12 maio 2012.
- BRESLIN, S. Entendendo a ascensão regional chinesa. In: SPEKTOR, M.; NEDAL, D. (Org.). *O que a China quer?* Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 33-62.
- CHINA. State Council. The People's Republic of China. *China's peaceful development*. Beijing, 2011. Disponível em: <http://english.gov.cn/official/2011-09/06/content_1941354.htm>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- FAIRBANK, Jonh K.; GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- FOOT, R. Estratégias chinesas em uma ordem global hegemônica: acomodação e hedging. In: HURRELL, A. et al. *Os Brics e a ordem global*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 125-151.
- GLASER, B.; NOLT, J. Strategic partnership or strategic competition. Edited by John Feffer. *Foreign Policy in Focus*, 28 Nov. 2006. Disponível em: <http://www.fpiif.org/articles/strategic_partnership_or_strategic_competition> . Acesso em: 21 maio 2012.
- HENFIL. *Henfil na China*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- KISSINGER, H. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- PAULINO, L. A. *Desafios atuais para a política externa da China: uma reflexão sobre o Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China*. [S.l: s.n.], 2011.
- PEYREFITTE, A. *O império imóvel*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1997.
- PINTO, P. A. P. China: a ascensão pacífica da Ásia Oriental. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 48, n. 2, p. 70-85, 2005.
- PIRES, M. C. A reconstrução da hegemonia da China na Ásia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2011.
- SPENCE, J. D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

